

A. I. N° - 9224190/02
AUTUADO - RIGAMONT DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - HILTON M. S. CAVALCANTE
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 25.10.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0367-01/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Não ficou comprovada a realização de operações de saídas de mercadorias sem a emissão do documento. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 08/01/02, reclama multa no valor de R\$600,00, em razão de estar o estabelecimento efetuando venda sem emissão de documentação fiscal. No Termo de Apreensão n° 080406 consta a apreensão de uma máquina registradora – ECF, marca SWEDA/2570 CR, em funcionamento sem autorização.

O autuado, à fl. 18, apresentou defesa alegando que a ação fiscal se deu em razão de o autuante alegar que a máquina registradora se encontrava funcionando sem autorização e, conseqüentemente teria havido venda sem emissão de documentação fiscal. No entanto, a referida máquina se encontra em funcionamento, devidamente autorizada pelo despacho n° 980092362, de 18/02/98.

Concluiu requerendo o cancelamento do Auto de Infração.

Anexou ao processo, fls. 19 e 20, Pedido de Uso ou Cessação de Uso de Equipamento – ECF e Atestado de Intervenção em Equipamento Emissor de Cupom Fiscal n° 001068.

Outro Auditor Fiscal, ao prestar informação, à fl. 31, informou que da análise das informações obtidas na INFAZ/Itamaraju, as argumentações do autuado são verídicas, Não havendo registro de irregularidades quanto à utilização do equipamento. Concluiu pelo descabimento da ação fiscal.

VOTO

Analisando as peças que compõem o presente processo, verifica-se que o autuante entendendo que o Equipamento Emissor de Cupom Fiscal estivessem em funcionamento, no estabelecimento do autuando, sem que houvesse autorização para seu uso, lavrou o Termo de Apreensão n° 080406 e o presente Auto de Infração, exigindo, naquela oportunidade, que o sujeito passivo, emitisse a Nota Fiscal n° 001994, série 2 (fl. 3), por entender que teria havido saída de mercadorias, no valor de R\$350,92 (valor constante na nota fiscal emitida, por força da ação fiscal), sem emissão do documento fiscal correspondente.

O sujeito passivo, ao apresentar sua impugnação, comprovou que solicitou autorização para Uso do Equipamento Emissor de Cupom Fiscal, mediante despacho n° 980092362, em 18/02/98, anexando ao processo, às fls. 19 e 20, cópia xerográfica do Pedido de Uso do Equipamento e do Atestado de Intervenção.

As argumentações defensivas foram confirmadas por Auditor diligente, que prestou a informação fiscal, reconhecendo descaber a acusação fiscal, tendo, inclusive, esclarecido não haver registro de irregularidade quanto á utilização do equipamento, por parte do autuado.

Desta forma, ficou evidenciado nos autos inexistirem os elementos ensejadores da acusação fiscal.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 9224190/02, lavrado contra **RIGAMONT DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de outubro de 2002.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA